

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÕES PÚBLICAS

Com fundamento na Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação), na Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais) e na Constituição Federal

Destinatários:

- Ilmo. Sr. Prefeito Municipal de Americana/SP
- Ilmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal de Americana/SP
- Ilmo. Sr. Presidente do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo – TCE-SP
- Ilmo. Sr. Promotor de Justiça do Ministério Público do Estado de São Paulo

Assunto: Solicitação de informações detalhadas sobre o **Requerimento nº 76/2025** – de autoria do Vereador Gualter

Requerente:

Marcelo Masoca, cidadão brasileiro, residente no Município de Americana/SP, em pleno gozo de seus direitos civis e políticos, nos termos do artigo 5º, incisos XXXIII e XXXIV da Constituição Federal.

Considerando o direito fundamental de acesso à informação, a transparência administrativa e a fiscalização da coisa pública;

Considerando a apresentação do Requerimento nº 76/2025 pelo Vereador Gualter e os seus desdobramentos;

Considerando as respostas fornecidas pelo Departamento de Água e Esgoto de Americana (DAE) na data de **18/02/2025**, as quais seguem anexas ao presente requerimento;

Venho, por meio deste, solicitar:

1. Que sejam prestadas **informações detalhadas** sobre as providências adotadas em decorrência do Requerimento nº 76/2025;
2. Que o Presidente da Câmara Municipal, em conjunto com a **Comissão competente**, manifeste-se sobre as medidas fiscalizatórias efetivas adotadas;
3. Caso **nenhuma providência tenha sido tomada**, que sejam indicadas as razões da omissão;
4. Em caso de **inércia ou negligência legislativa**, requeiro a manifestação expressa sobre **possíveis violações legais**, tais como:
 - Descumprimento do dever constitucional de fiscalização dos atos do Poder Executivo, conforme previsto no **art. 31 da Constituição Federal**;
 - Eventual omissão da Comissão pertinente, contrariando os deveres regimentais e a Lei Orgânica do Município;

- Descumprimento da **Lei de Acesso à Informação** (Lei nº 12.527/2011), que impõe aos agentes públicos o dever de transparência e resposta ativa às solicitações fundamentadas;
- Violação ao **princípio da publicidade e da moralidade administrativa**, previsto no **art. 37 da Constituição Federal**.

Por fim, requero que esta solicitação seja respondida formalmente dentro dos prazos legais e que os esclarecimentos sejam encaminhados ao endereço eletrônico (caso queira, inserir e-mail) ou endereço físico do requerente, conforme preceituam as legislações aplicáveis.

Americana/SP, 10/07/2025

Marcelo Masoca

(Cidadão)